

O BRASIL E OS SEFARDINS DOS PAÍSES BAIXOS.

SÔNIA A. SIQUEIRA

do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Na dinâmica da expansão econômica de Amsterdam no século XVII papel essencial desempenharam os judeus principalmente os cripto-judeus portugueses, que lá se haviam refugiado desde o fim do século anterior. A eles se pretendeu mesmo atribuir a prosperidade de seu comércio e sua projeção internacional.

Pode-se discutir o alcance da atuação deles na grandeza de Amsterdam, mas é inegável que a penetração holandesa no mundo português foi trabalhada por eles, sobretudo em relação ao Brasil, como ativos elementos de conexão que amaciaram os contactos, graças à sua rede de agentes familiares disseminados pelos bordos do Atlântico. Rede da qual encontramos indícios nos autos da Inquisição Portuguesa.

Ao se estabelecerem em Amsterdam, deixavam os cristão-novos para trás, em Lisboa e Pôrto, parentes ou correspondentes que, eventualmente, vinham a emprestar sua mediação para o tráfico do Brasil, onde mantinham prepostos para agenciarem operações. E, se o acesso aos portos peninsulares turvava-se em razão de represálias espanholas, utilizando-se das escalas insulares, o comércio persistia, com tendência ao estabelecimento, desafiando as restrições régias, de comunicação direta entre o Brasil e a Holanda, ou ainda pela interposição de um desvio africano, graças à colaboração dos cristãos-novos. Daí a importância para o Brasil colonial da presença dos sefardins nos Países Baixos.

Sua presença na Flandres data pelo menos, do comêço do século XVI. Antes de 1532 já haviam eles emigrado nessa direção, por certo em consequência das perseguições de D. Manuel. Lei deste ano a propósito da inobservância pelos cristãos novos de certas restrições, dizia que

“se passaram muitos dêstes Reinos para a Flandres e outras partes de Cristãos ...” (1).

Com a instituição do Santo Ofício, por D. João III, de novo, muitos se foram acolher a Antuérpia que se tornara o mercado setentrional de distribuição das especiarias da rota do Cabo. Em 1544, eram tantos que inquietavam as autoridades e no ano seguinte, Carlos V editava providências contra êles provocando reações de resistência no governo urbano que os favorecia (2). Mercê das especiarias a “nação” portuguesa de Antuérpia, tornou-se, em redor da Feitoria d’El Rei, rica, poderosa e respeitada. Nela enquadravam-se os cristãos-novos emigrados, desfrutando facilidades propiciadas por suas ligações familiares remanescentes em Portugal.

No decorrer do século XVI, imersos, entre outros, em negócios do açúcar, projetam-se com prestígio internacional homens como os irmãos Fernão Ximenes e Rui Nunes (3) fundadores de uma verdadeira dinastia burguesa, ou os Milan ou Milão, casa de origem portuguesa também voltada para o comércio do açúcar insulano (4). Antepassado dos Rodrigues de Évora e Veiga, em Antuérpia, estabeleceu-se Nicolau Rodrigues (5). No findar do século, eram êles quatro irmãos, dois em Lisboa, dois em Flandres, de onde Simão Rodrigues de Évora dirigia os negócios da poderosa família (6). Aparentado a êles foi Manoel Rodrigues da Veiga que veio a ser figura de relêvo em Amsterdam, e que não se confunde com Manoel da Veiga, contemporâneo e magnata do grupo em Lisboa. Também os Rodrigues de Évora interessaram-se por açúcares. Estavam entre aqueles mercadores portugueses que, no sentir do duque de Lerma, detinham em suas mãos grandes negócios da Europa (7). Mais tarde, acompanhando a tendência da própria praça de Antuérpia que, largando o campo de Amsterdam, evoluiu do tráfico das mercadorias para as operações de crédito, os Rodrigues de Évora tornaram-

(1). — Anastácio de Figueiredo (J.), *Sinopsis Cronológica* (Lisboa, 1790), I, pg. 345.

(2). — Lúcio de Azevedo (J.), *Judeus portugueses na dispersão* in “Revista de História”, (Lisboa, 1915), pg. 118; *Jewish Encyclopedia* (ed. 1907), I, pg. 259, vbo. Antuérpia.

(3). — Denucé (J.), *L’Afrique au XVIe siècle et le commerce anversais*, (Anvers, 1937), pgs. 23 e 50.

(4). — *Idem*, pg. 29.

(5). — *Idem*, pg. 42.

(6). — Gentil da Silva (J.), *Stratégie des affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607*, (Paris, 1956), pg. 3.

(7). — *Idem*, pg. 4-5.

se rendeiros, a viver na Côrte feito fidalgos (8). Não surpreende então que um de seus membros, Rui Lopes da Veiga, que ao nome juntou o apelido Peretti concedido pelo Papa, e cavaleiro da Ordem de Cristo, chegasse a ser, em 1626, agente do Santo Offício português em Madri (9).

Aparentavam-se ainda aos Ximenes de Antuérpia: com uma Ximenes, filha de Rui Nunes casou-se Simão Rodrigues de Évora (10). Parentes e associados comercialmente desde 1593 no contrato da pimenta (11). Fernão Ximenes (1525-1600), originário da Madeira e o irmão, igualmente envolvidos no comércio do açúcar compuzeram importante sociedade em Antuérpia, com ramo em Lisboa onde ficavam Jerônimo Duarte e André Ximenes, ao depois André e Duarte Ximenes (12). Associados os de Lisboa e os de Antuérpia, então, em 1604, Duarte e Gonçalo, arremataram o contrato dos lugares da África (13), contrato que lhes dava acesso ao Brasil para o suprimento de escravos. Lembramos que André Ximenes, junto com João Nunes Correia teve o contrato do pau-brasil que em 1618 passou a André Lopes Pinto, e que Duarte Ximenes arrematou sob D. Luís de Sousa os dízimos de Pernambuco (14), uma forma de obtenção de açúcares.

Prestigiosos êsses cristãos-novos de Antuérpia, alguns dos quais ascenderam à nobreza. Assim, quando, de Antuérpia, flamengos e estrangeiros aí residentes dominavam o comércio europeu, com o mundo ibérico, seus cristãos-novos asseguravam as conexões. Quando, mais tarde, os próprios flamengos e cristãos-novos refugiados nas Províncias rebeldes prepararam a evicção da hegemonia de Antuérpia em favor de Amsterdam, continuaram êstes a medear entre as duas esferas, infiltrados como estavam nas áreas coloniais.

Quando, ao findar o século XVI começou a declinar o primado de Antuérpia, os cristãos-novos portugueses irromperam em Amsterdam. Por volta de 1590. Para W. Sombart (15) eram o sol que se levantava a aquecer a eclosão do capitalismo nos bordos do Zuider-

(8). — *Idem*, pg. 7, 23.

(9). — Gentil da Silva (J.), *Op. cit.*, pg. 23, nota.

(10). — Denucé (J.), *Op. cit.*, pg. 54.

(11). — Gentil da Silva (J.), *Op. cit.*, pg. 4; Braudel (F.), *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, (Paris, 1949), pg. 440; Lúcio de Azevedo (J.), *Épocas de Portugal econômico*, (Lisboa, 1947), pg. 140.

(12). — Denucé (J.), *Op. cit.*, pg. 50.

(13). — *Idem*, pg. 50-51.

(14). — *Livro 1.º do Governo do Brasil*, (Rio de Janeiro, 1958), pgs. 98, 409, 415.

(15). — Sombart (W.), *Les juifs et la vie éconodique*, (Paris, 1923), pg. 33.

see. Para outros, Brentano ou Sayous, chegavam êles na esteira dos prenúncios de uma nova área de prosperidade. Adversária da Espanha, Amsterdam, com arredores pobres de recursos naturais, jogava no tráfico marítimo o destino de sua grandeza, constituindo-se campo ideal para os mercadores de vocação (16).

Os primeiros marranos surgiram em 1593, mas os de origem portuguesa só a partir de 1597 ou 1598, com os Franco Mendes, os Lopes Homem. Passaram a contribuir, por muito tempo a maioria da população judia da cidade: os sefardins, orgulhosos de sua condição. Tinham contado inicialmente com a proteção de Manoel Rodrigues da Veiga figura poderosa no mundo dos negócios (17). Aliás êste Manoel Rodrigues da Veiga que tinha em Amsterdam duas casas, intervinha no comércio de açúcares das Ilhas, em que se interessava também Jerônimo Nunes da Costa (18). Por coincidência, a primeira menção de refinaria na cidade situa-se em 1597 (19).

À sombra da tolerância, muitos dêles redescobriram o judaísmo, enquanto outros conservaram-se cristãos (20), ainda que alguns se tenham convertido ao calvinismo, como indica João de Araújo, aliás Leyde, que veio para a Bahia, havendo sido batizado na igreja reformada (21). Todavia, na sua confissão ao Santo Ofício, Manoel Homem de Carvalho afirma que todos êles se haviam bandeado para o judaísmo (22), talvez num empenho inconsciente ou deliberado de justificação de suas própria apostasia (23).

Amsterdam, ou por ódio à Espanha, ou por cálculo astuto, acolhia os sefardins sem hostilidade talvez porque também outros chegavam a semi-flamengos procedentes de Antuérpia, a rival e modelo, ainda que os tratasse com a comedida reserva de seu patriciado ensoberbecido e de seus pequenos burgueses desconfiados. Em tempos de tempestades confessionais do calvinismo neerlandês, católicos ou judeus desertores do catolicismo não podiam aspirar a uma plena igualdade: a liberdade de consciência permitida permanecia sob cau-

(16). — Bloom (H.), *The economic activities of the Jews*, pg. XV.

(17). — Bloom (H.), *Op. cit.*, pg. 6; Mendes dos Remédios (J.), *Os judeus portugueses em Amsterdam*, (Coimbra, 1911), pg. 12; Sombart, (W.), *Op. cit.*, pg. 36; Lúcio de Azevedo (J.), *História do Padre Antônio Vieira*, (Lisboa, 1931), I, pg. 138.

(18). — Bloom (H.), *Op. cit.*, pg. 37.

(19). — *Idem*, pg. 38.

(20). — *Idem*, pg. 7.

(21). — Ver sua Confissão in *Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil. Confissões da Bahia*, in "Anais do Museu Paulista", (São Paulo, 1965), T. XVII, pg. 433.

(22). — Ver sua confissão in *Segunda Visitação ...*, cit., pg. 507, e segs.

(23). — *Ibidem*.

ção, sem admitir aos cripto-judeus o mesmo trânsito de que usufruíam os calvinistas flamengos, emigrados do Sul.

Todavia retornavam êles sem embaraços, ao judaísmo, que com isso reflorrescia. Como aconteceu com Manoel Homem de Carvalho (24). Como acontecera com Diogo Dias Querido. Em 1595 já praticavam seu culto, e em 1598 possuíam casa para sua sinagoga, a *Beth Jacob* inspirada pela iniciativa de Jacob Tirado. Em 1608, Isaac Franco Medeiros fundava outra, a *Neweh Shalan* (25). Em 1609, José Pardo, figura de liderança, insistia na conversão dos que permaneciam meio-cristãos. Entre os fundadores da primeira sinagoga — Filipe Dias Vitória, Francisco Nunes Homem, Álvaro Herrera, estava Diogo Dias Querido (26) que fôra mercador na Bahia. Percebe-se que essa recaída em massa no judaísmo ostensivo, com a irritante complacência dos “calvinos” tornava os cripto-judeus de procedência holandesa, ou simplesmente de amizades holandesas, particularmente suspeitos ao Santo Ofício. Amsterdam, essa grande Jerusalém, configurava uma nova matriz de heresias judaicas.

A ascensão econômica dos sefardins emigrados foi rápida para muitos. Em 1615, por exemplo, Jacob Pardo, por conta de Jacob Coronel, e Tomás Fernandes e Manoel Tomás já constituíam uma das maiores firmas de Amsterdam (27). Antes, em 1596, já Diogo Dias Querido podia pôr em uma nau da Índia, a carraca “São Francisco”, que arribou na Bahia, onde carregou açúcares, nada menos de 30.000 cruzados (28). Em 1618 ainda fundavam os marranos de Amsterdam uma terceira sinagoga: *Beth Israel* sob a direção de David de Bento Osório, da qual foi rabino Isaac Aboab Fonseca (29) que viria a Pernambuco sob o domínio holandês. Bento Osório tornou-se um dos mercadores solicitados por D. João IV por ocasião da Restauração (30). Aliás foi êle, entre os cristãos-novos de Amsterdam, o maior dos acionistas da Companhia das Índias Ocidentais em 1623.

(24). — *Ibidem*.

(25). — Mendes dos Remédios (J.), *Op. cit.*, pg. 9 e 13; Lúcio de Azevedo (J.), *Os judeus portugueses na dispersão*, pg. 118.

(26). — Bloom (H.), *Op. cit.*, pg. 14 nota.

(27). — *Idem*, pg. 15.

(28). — Salvador (Fr. Vicente do), *História do Brasil*, (São Paulo, 1954), Liv. 4.º cap. 23, pg. 283; Vernhagen (Francisco Adolfo de), *História Geral do Brasil*, (São Paulo, 1962), 7a. ed., II, pg. 52; Gentil da Silva (J.), *Op. cit.*, pg. 56.

(29). — Mendes dos Remédios (J.), *Op. cit.*, pg. 13.

(30). — Vieira (Pe. Antônio), *Cartas*, (ed. Lúcio de Azevedo, 1925), II, pgs. 121-2 157, 594.

Ao chegarem a Amsterdam, eram, em geral, pobres e não dispunham de recursos para financiarem a luta contra a Espanha como já se pensou. Exagerou-se a sua contribuição na formação da Companhia das Índias que lutou nas zonas coloniais. Eram fugitivos, e dificilmente poderiam desde logo carrear consigo fortunas que porventura tivessem; vedavam-no as leis vigentes. E' possível tenham, no decorrer das flutuações da política ibérica, conseguido pouco a pouco, reavê-las, por intermédio de parentes e amigos, através do tráfico ou do câmbio, ou mediante contrabando de moedas extraídas do Reino, sem licença. Alguns capitais, de uma ou outra forma acabariam por levar de Portugal. Uns tantos tornaram-se ricos, mas nenhum dos chefes das 200 ou 300 famílias judias de Amsterdam, no começo do século XVII, aparece entre os construtores do império holandês (31).

Verdade é que, sobretudo após o perdão-geral, ao emigrarem com os bens, acabaram por contribuir para a descapitalização de Portugal em benefício das Províncias Unidas. Dizia Manasseh ben Israel, o famoso rabino, que a riqueza dos judeus de Amsterdam era grande porque os marranos que permaneciam em Portugal, gradualmente transferiam suas riquezas aos parentes, em outros países (32). Anos mais tarde, em 1631, quando do empréstimo pelos homens ricos de Portugal para socorro de Pernambuco, dizia a Câmara de Lisboa:

“... são poucos os que têm cabedais grossos porque os que havia se saíram dêste Reino ...” (33).

De passagem diga-se que não é impossível alguns desses capitais hajam emigrado para o Brasil dos engenhos. Descapitalização agravada: os remanescentes eram obrigados a pagar os restos do perdão geral, exigência da Corôa que sangrava a praça de Lisboa, desarmando-a para o tráfico que, em consequência, mais depressa transitava para as mãos dos holandeses. Testemunhava em 1622, Gomes Solis sobre o “gravíssimo dano” do perdão geral, diminuindo a força do comércio ao fazer passar muitos dos seus homens para os estados rebeldes aos quais eram alento, pois

(31). — Vlekke (B. H. M.), *Evolution of the Dutch nation*, (Londres, 1951), pg. 185.

(32). — Apud Bloom (H.), *Op. cit.*, pg. 11.

(33). — Doc. in Lúcio de Azevedo (J.), in “Revista de História”, (Lisboa, 1912), I, pg. 181.

“muito maior guerra nos fazem nossos inimigos com estes portugueses que por se verem maltratados saem fora da Espanha”,

tornando-lhes mais poderoso o comércio que a fôrça de suas armas (34).

Nem todos saíam ricos, nem todos enriqueciam. Anos mais tarde, em 1641, muitos permaneciam pobres e disponíveis para intentarem a fortuna em Pernambuco aonde em fluxos constantes aportavam à mingua (35).

A Amsterdam não acorreram com capitais bastantes para, desde logo, financiarem a expansão atlântica, e também não eram suficientemente numerosos para pesarem nos acontecimentos. No comêço do século, não seriam mais que 200 conforme o testemunho de Manoel Homem, dado que coincide com o que oferece Bloom para 1609. Em 1630, ano da invasão de Pernambuco, eram 1.000, para atingirem a 1.800 em 1655 (36). Considere-se ainda que, se outros podiam afluir, não poucos reimigrariam: para Hamburgo ou Altona. Para Pernambuco. Para a Bahia.

Poucos, por certo. Quantos seriam ou tornar-se-iam abastados? Embora alguns, ao emigrarem levassem para fora de Portugal, bens e boas relações comerciais a frutificarem, precisavam tempo. Tempo de enriquecimento. Na cidade que crescia, alguns mais rapidamente lograram sucesso. Homens como Manoel Rodrigues da Veiga, Fernão Mercado, Antônio Rodrigues de Melo. Sua influência político-social entretanto só podia aumentar em ritmo ainda mais lento. Conquanto enriquecidos num clima em que a riqueza era critério de importância social, nas estruturas oligárquicas amsterdanesas, eram êles totalmente excluídos dos postos de direção da cidade, ou das companhias. Impossível que adventícios de religião discrepante atingissem em tão pouco tempo a postos de comando. Precisavam enriquecer, ganhar conceito, consolidar relações, insinuarem-se mediante casamentos nos clans dominantes, ascender socialmente. Só então poderiam aspirar posições. Não se exagere a atribuir-lhes a política agressiva das Companhias de Índias contra o Império Espanhol.

(34). — *Discursos sobre los comercios de las dos Indias*, (Lisboa, 1943), pg. 12.

(35). — Memorial contra os Judeus de Pernambuco: “Mas o que nós recebemos são carregamentos unicamente de israelitas sem eira nem beira exportados para a América do Sul por tôdas as sinagogas do mundo . . .” apud Watjen (Hermann), *O domínio holandês no Brasil*, Trad., (Rio de Janeiro, 1938), pg. 368.

(36). — Bloom (H.), *Op. cit.*, pgs. 8, 11, 31. Em 1634 um viajante calculava em 300 as famílias judias de Amsterdam. Idem, pg. 11 nota.

Sayous (37) utilizando-se dos Cadernos de Impostos de Amsterdam, mostrou a proporção das fortunas judias. Em 1631, já sólidamente estabelecidos (chegados desde c. 1590), numa população urbana de 110 a 120 mil habitantes, para 900 holandeses com mais de 50 mil florins, apenas 3 judeus havia nas mesmas condições. Existiam entretanto 55 judeus com mais de mil florins, numa colônia que se compunha, de 1.600. A massa era portanto pobre. Isolados numa parte da cidade — a rua dos Judeus, por onde Rembrandt teve a sua casa — viviam em geral de ofícios modestos, corretores, caixeiros, lapidários, comércio de retalho, alguma profissão liberal, notadamente a medicina em que tinham fama. Ofícios enquadrados em corporações eram-lhes vedados.

Os mais abonados atiravam-se ao comércio à distância, à refinação de açúcar, aos seguros marítimos, forma nascente de atividade que começava a florescer. Maioria de gente disponível para qualquer ganho, como intermediários ou especuladores. Aliás a especulação os empolgou: em pouco tempo ingressaram na Bôlsa, onde em 1612 tinham 8 corretores e, quando se desencadeou o jôgo da venda de ações das companhias, tornou-se deveras importante o seu papel nas flutuações da vida econômica de Amsterdam (38). Com êles aperfeiçoaram-se as técnicas de seguros pela cotisação do risco, pela melhoria dos cálculos das taxas (39).

Esta forma de atividade, aliás, anterior a 1592, permitia aos holandeses inserirem-se em todo o sistema de navegação atlântica, e obterem as melhores informações sôbre viagens e carregamentos, o que lhes favorecia prática do comércio. E talvez, o curso também. Em Amsterdam seguravam-se os navios ibéricos, como os ingleses. Assim por exemplo, o flamengo Pieter Luitgens que em 1582 tinha casa de comércio em Amsterdam, além do transporte marítimo promovia seguros; tinha agentes, entre outras, nas cidades de Sevilha e Lisboa (40).

Progrediram as fortunas de Amsterdam e com elas as dos judeus; em 1674, 56 pessoas as mais ricas, tinham de 200 a 400 mil florins, mas entre elas, apenas um judeu, Antônio Lopes Seiasso, agente do

(37). — Sayous (A. E.), *Le rôle d'Amsterdam dans l'histoire du capitalisme commercial et financier* in "Révue Historique" n.º 183, (Paris, 1938), pg. 262. Boxer afirma que em 1630, entre os 1.000 que havia, 21 eram verdadeiramente ricos. *Os holandeses no Brasil*, (São Paulo, 1961), pg. 14. Trad.

(38). — Sayous (A. E.), *Op. cit.*, pg. 263; Lúcio de Azevedo (J.), *Judeus portugueses na dispersão*, in "Revista de História", (Lisboa, 1951), pg. 115-119.

(39). — Sayous (A. E.), *Op. cit.*, pg. 263, 270.

(40). — *Idem*, pg. 252-3.

Rei da Espanha que o fêz barão; e 44 entre 100 e 200 mil florins, entre os quais 5 judeus (41).

Tem pois sido exagerada sua riqueza. Em 1610, não havia dêles mais que uma centena de casas comerciais, poucos participaram da organização do Banco e das emprêsas do Oriente. Capazes de financiar seu comércio com a Península, Itália, África, Brasil, seus recursos não eram bastantes para orientar o capitalismo amsterdanês. Com a Trégua e com a Companhia das Índias Ocidentais aceleraram seu progresso, sobretudo com o comércio de Pernambuco de cuja perda se ressentiram. Na segunda metade do século XVII, a comunidade de Amsterdam tornou-se o centro das demais da Europa. Desdobraram-se pela indústria da sêda, dos diamantes, das publicações, do tabaco, do açúcar, e sua força alonga-se por Haia ou Hamburgo (42).

Esta consolidação dos judeus em Amsterdam foi favorecida pelo clima de tolerância dos neerlandeses que tiraram partido de sua atividade. Escrevendo em 1622, acentuando o contraste com o tratamento que recebiam na Espanha, dizia Duarte Solis que os holandeses não se receiavam dêles, concedendo-lhes judiarias, apesar de terem correspondência com tôda a Espanha, sem maltratá-los ou ameaçar-lhes as fazendas, assegurando-lhes liberdade para negociar, enquanto que na Espanha, ainda que fôsem cristãos, lhes tomavam as coisas sob alegação de que vinham da Holanda (43).

Como os próprios amsterdaneses, os judeus portugueses aí estabelecidos praticavam uma fria e objetiva neutralidade política quando se tratava de negócios (44), o que foi geralmente interpretado como duplicidade. E' o caso, por exemplo, de Duarte Nunes da Costa que sendo reconhecidamente agente dos castelhanos e acionista da Companhia das Índias, agenciava em plena guerra de Pernambuco, negócios do Rei de Portugal, fornecendo-lhe créditos para compra de navios artilhados (45). O desprendimento de compromissos sentimentais de caráter nacional ou dinástico assegurava-lhes uma plasticidade de ação de que, afinal, se beneficiavam todos os demais que dêles precisavam.

(41). — *Idem*, pg. 272.

(42). — Barbour (V.), *The Capitalism in Amsterdam in the 17th century*, (Baltimore, 1958), pg. 25.

(43). — *Op. cit.*, pg. 115.

(44). — Sobre a atitude neutral dos judeus no Brasil: França (Eduardo d'Oliveira), *Um problema: a traição dos cristãos-novos em 1624*, in "Revista de História", (São Paulo, 1970), vol. XLI, n.º 83, pg. 21.

(45). — Vieira (Pe. Antônio), *Cartas*, I, pgs. 209 e 295.

Desempenharam ainda um papel nas conexões que se estabeleceram entre Amsterdam e Hamburgo, sobretudo na camuflagem dos navios holandeses que, nos períodos difíceis, participavam do tráfico peninsular e colonial, à sombra de outras bandeiras. Sabemos que navios de Hamburgo freqüentavam Lisboa em grande número graças à neutralidade da Hansa. Principalmente as grandes urcas que vinham do Báltico com cereais, madeiras, petrechos de guerra, e retornavam com sal. Ultrapassavam a Península, alcançavam a África, as Ilhas atlânticas, o Brasil, onde havia feitores alemães. De volta, além do sal, vinhos, frutas, levavam produtos tropicais, sobretudo o açúcar. Muitos deles eram de fato barcos holandeses iludindo as proibições, graças à cumplicidade de comerciantes holandeses ou cristãos-novos, instalados em Hamburgo, em correspondência com outros que ficavam em Lisboa ou no Pôrto. Significativa a presença holandesa em Hamburgo: das 42 firmas que em 1619 fundaram o Banco de Hamburgo, a maior parte era de imigrados envolvidos no comércio meridional. Emigrados eram os seus clientes mais importantes, relacionados com Antuérpia espanhola, com Colônia na Alemanha, com os portos ibéricos e italianos. Aliás na Trégua de 1609, quando os neerlandeses puderam comerciar ostensivamente com os portos da Espanha, caíram os fretes e lucros da navegação hamburguesa.

Ao lado de refugiados de outras procedências, em Hamburgo instalaram-se os marranos que tinham, por sua vez, agentes em Portugal para interferirem no tráfico do açúcar, das especiarias, das pedras preciosas. Para atender aos reclamos do intercuro meridional, Hamburgo dispunha não só de refinarias de açúcar, mas de oficinas de ferro, cobre, papel, mantendo ainda relações com mercados complementares que lhe forneciam metais, papel, pólvora e cereais. Compartilhava com Amsterdam e Ruão, a herança de Antuérpia (46).

Funcionava pois, Hamburgo, como subsidiária de Amsterdam. Reproduzindo seu quadro burguês, lá estavam numerosos os cristãos-novos portugueses. E estes não só traficavam com a Península, mas volviam-se para o Brasil. Entendem-se aqueles numerosos navios alemães que compõem a frota de Salvador Correia de Sá em que viajou Knivet para a Europa. Ou aquêle barco de Hamburgo carregado de açúcar que na Bahia de 1604, foi apresado por van Caarden (47).

(46). — Jeannin (P.), *Hambourg et la Peninsule Ibérique vers 1600*, in "Annales", (Paris, 1936), pgs. 224-227. Resenha de Kellembenz (H.), *Unternehmerkräfte im Hamburger Portugal und Spanienhandel, (1590-1625)* (Hamburgo, 1954).

(47). — Carvalho (A. de), *Aventuras e Aventureiros no Brasil*, (Rio de Janeiro, 1930), pg. 138.

E compreende-se porque o cristão-novo Manoel Homem, figura do tráfico holando-judeu com o Brasil e Ilhas, se passasse de Amsterdam para Hamburgo quando por lá andou Diogo Lopes de Évora (48).

Os judeus portugueses de Amsterdam tinham não pequena responsabilidade na intrusão holandesa nas Ilhas e no Brasil porque possuíam condições para lhes agenciar negócios. Com a medição do Pôrto e Viana, ou sem ela. Não esqueçamos que Diogo Dias Querido que foi mercador na Bahia, antes de se transferir para Amsterdam, era natural do Pôrto (49). A afluência de gente do Pôrto e Viana para o norte do Brasil, estava ligada às atividades dos cristãos-novos que, ou bem emigravam, ou enviavam parentes e prepostos para a área do açúcar. Intensamente ligados às praças do norte da Europa, uma vez estabelecidos no Brasil, apenas continuavam um intercâmbio anterior. O mesmo se diga em relação às Ilhas do Atlântico.

De outro lado havia a circulação. Emigrando pobres para país de língua estranha, podiam, de Amsterdam, como agentes comerciais ou amparados por pequenos créditos em mercadorias européias, evadirem-se para o Brasil, ao reencontro da atmosfera portuguesa. A circulação das urcas flamengas facilitava o transporte, e o conhecimento da língua o ajustamento na terra, sem as inquietações que teriam se se mostrassem estrangeiros. No Brasil, poderiam juntar recursos e eventualmente retornarem para o Norte a intentar negócios maiores. A menos que se enraizassem na terra adquirindo engenhos e prestígio social. De Antuérpia viera Luís Álvares que lá fôra estudar, para servir de caixeiro a Manoel Rodrigues Sanches (50) que por sua vez não é improvável tivesse procedência semelhante, dado o seu comportamento de favorecimento dos holandeses, ou quando presos na Bahia, ou por ocasião do assalto de 1624. Caso típico é o de Simão Nunes de Matos que sendo agente dos Ximenes no tráfico de escravos africanos (51), acabou senhor de engenho em Maré (52). Explica-se porque, em 1624, vinham os holandeses a comer com o

(48). — *Segunda Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil. Denúncias da Bahia. 1618*, in "Anais da Biblioteca Nacional", (Rio de Janeiro, 1948), pg. 163.

(49). — *Denúnciação*, cit., pg. 123.

(50). — *Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil. Confissões da Bahia 1618*, cit., pg. 352.

(51). — Denucé (J.), *Op. cit.*, pg. 53.

(52). — V. *Segunda Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil. Confissões da Bahia*, cit., confissão de Antônio Mendes, pg. 362.

feitor dêste engenho mesmo na ausência de seu dono (53). A partir das coincidências de apelidos de cristãos-novos, da Bahia e de Amsterdam — Lopes Franco, Vitória, Aguilar, Pimentel, Sanches, Brandão etc. — estudos genealógicos ainda poderão revelar uma cotextura de liames familiares muito cerrados entre mercadores de ambas as praças.

Êstes sefardins de Amsterdam, com as suas conexões em Portugal, nas Ilhas, no Brasil, tinham posições para desempenhar papel importante na dinâmica da economia nordestina do século XVII. Itinerantes por conveniência ou por necessidade, agentes de casas comerciais, ou de contratadores, ao chegarem canalizavam capitais em mercadorias ou créditos, e assim nutriam a economia colonial ibérica, capitais êsses que o açúcar prometia indenizar. Eram êles, afinal fermentos nessa economia. Os engenhos trituravam capitais consumidos principalmente na eterna reposição de braços ou no aumento do número dêles (54). Era preciso vender os açúcares, era indispensável haver quem os comprasse. Os cristãos-novos lubrificavam o mecanismo de escoamento da produção, embora, muitos dêles regresassem depois, levando da Colônia os lucros obtidos nas transações.

(53). — Salvador (Frei Vicente), *História do Brasil*, Liv. 5.º, cap. 27, pg. 404.

(54). — França (Eduardo d'Oliveira), *Engenhos, colonização e cristãos-novos na Bahia Colonial*, "Anais do IV Simpósio da Associação dos Professores Universitários de História", (Pôrto-Alegre, 1969), pg. 181.